

POR QUE DEFENDER E PROMOVER DIREITOS NA ÁREA DE GOVERNANÇA E CORRUPÇÃO?



“A corrupção é um elemento fundamental do baixo desempenho econômico e um grande obstáculo para a diminuição da pobreza e o desenvolvimento.”

KOFI ANNAN, EX-SECRETÁRIO GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

“Corra a retidão como um rio, a justiça como um ribeiro perene!”

AMÓS 5:24

Por que defender e promover direitos na área de governança e corrupção?

Escrito por Graham Gordon e Melissa Lawson

Editora: Seren Boyd

Equipe de tradução: M Machado, W de Mattos Jr.

Agradecemos às seguintes pessoas por sua ajuda e seus comentários:

Abi Akinyemi, Dinatu Ayinzat, Tom Baker, Margaret Chandler, Steve Collins, Amanda Jackson, Martin Kapenda, Alice Keen, Rolando Pérez, Laura Taylor, Francis Wahome e Joanna Watson.

Foto da capa: Jay Butcher/Tearfund

Foto da contracapa: Geoff Crawford/Tearfund

Ilustrações: Amy Levene

Design: Wingfinger

© Tearfund 2012

A **Tearfund** é uma agência cristã de desenvolvimento e assistência em situações de desastre que está formando uma rede mundial de igrejas locais para ajudar a erradicar a pobreza.

Tearfund, 100 Church Road, Teddington, TW11 8QE, Reino Unido

Para obter mais informações, envie um e-mail para:
team.publicpolicy@tearfund.org

As publicações da Tearfund podem ser encontradas em:
www.tearfund.org/tilz

Mais recursos sobre governança e corrupção podem ser encontrados em: <http://tilz.tearfund.org/Research/Governance+and+Corruption>

Por que defender e promover direitos na área de governança e corrupção?

Conteúdo

	Glossário	4
	Introdução	5
SEÇÃO 1	Por que defender e promover direitos na área de governança e corrupção?	6
1.1	O que entendemos por governança e corrupção?	6
1.2	Impactos da má governança e da corrupção	8
1.3	O que a Bíblia diz?	10
1.4	O que é defesa e promoção de direitos?	12
1.5	Receios e desafios	14
SEÇÃO 2	Como defender e promover direitos na área de governança e corrupção	15
2.1	Monitoramento de políticas, programas e orçamentos governamentais	15
2.2	Combatendo o suborno	19
2.3	Trabalhando com parlamentares	21
2.4	Envolvimento em eleições	23
2.5	Transparência nos pagamentos feitos pelas empresas extrativas	25
2.6	Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (UNCAC)	27
SEÇÃO 3	Próximos passos	29
	Organizações e redes úteis	30
	Informações adicionais	31

Glossário

Acompanhamento de orçamento	Processo de análise de um orçamento planejado do governo e de monitoramento da sua implementação para garantir que os recursos sejam utilizados conforme planejado, bem como a tentativa de influenciar futuras alocações de recursos.
Corrupção	Abuso de poder para o benefício próprio à custa de outros ou da sociedade como um todo.
Denunciante	Pessoa que expõe práticas ilegais dentro de uma organização esperando pôr fim a elas.
EITI	Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas (sigla em inglês de Extractive Industries Transparency Initiative). Reúne empresas, governos e a sociedade civil para que divulguem detalhes dos pagamentos de impostos feitos por empresas e recebidos por governos.
Governança	Processo através do qual as decisões são tomadas e implementadas.
Indústria extrativa	Empresas de petróleo, gás ou mineração.
ODMs	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Oito alvos de desenvolvimento internacionais que todos os Estados membros das Nações Unidas concordaram em alcançar até o ano 2015.
PIB	Produto Interno Bruto. Valor de mercado de todos os bens finais e serviços produzidos num país.
Poder executivo	Conjunto de órgãos governamentais que sancionam e aplicam leis, implementam políticas públicas e administram os assuntos diários do governo.
Poder judiciário	Conjunto de órgãos governamentais que interpretam as leis e administram a justiça, geralmente através de um sistema judiciário que envolve tribunais.
Poder legislativo	Conjunto de órgãos governamentais que aprovam leis, representam o povo e supervisionam o poder executivo.
Política pública	As políticas de um governo determinam o curso de ação que ele tomará para alcançar determinadas metas. Muitas vezes chamada de políticas públicas.
Sociedade civil	Uma grande variedade de organizações não estatais, entre elas, grupos comunitários, organizações não governamentais, sindicatos trabalhistas, grupos indígenas, organizações religiosas, associações profissionais e fundações.
Suborno	Oferecimento, concessão ou promessa de vantagem financeira ou de outro tipo para induzir o receptor a desempenhar suas funções ou atividades indevidamente ou recompensá-lo por já o ter feito.
UNCAC	Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (sigla em inglês de United Nations Convention Against Corruption). O acordo internacional mais abrangente sobre a corrupção até o momento.

Introdução

A má governança e a corrupção afetam a todos nós. Elas podem prejudicar o desenvolvimento, e, frequentemente, os mais afetados são as comunidades mais pobres.

É comum acreditar que nada possa ser feito para mudar a situação, que o problema seja demasiadamente grande e que os perpetradores sejam simplesmente poderosos demais. Embora estes problemas, sem dúvida, representem grandes desafios, a igreja, os cidadãos comuns e as organizações da sociedade civil podem fazer a diferença! Na verdade, Deus sempre chamou seu povo para apoiar os grupos mais vulneráveis da sociedade e buscar a justiça (Isaias 1:17).

Este livro mostra ações práticas que podem ser realizadas para combater a corrupção e responder ao desafio que é colocar a justiça de Deus no seio das nossas sociedades. Ele contém casos de diferentes grupos de várias partes do mundo que estão desafiando a corrupção e promovendo a boa governança. Ele também indica ferramentas e recursos às organizações a fim de equipá-las para se envolverem mais nesta importante luta mundial.

A **SEÇÃO 1** descreve o que queremos dizer com má governança e corrupção e por que elas são do interesse de todos nós, concentrando-se particularmente nos seus impactos para as comunidades mais pobres. Ela também reflete sobre o nosso mandado bíblico para combatermos a injustiça.

A **SEÇÃO 2** descreve maneiras de nos envolvermos na promoção da boa governança e no combate à corrupção, tais como monitorando políticas governamentais, combatendo o suborno ou exigindo transparência nos pagamentos feitos pelas empresas aos governos.

A **SEÇÃO 3** sugere recursos adicionais, organizações e redes.

Este é apenas um guia introdutório. Outros recursos podem ser obtidos no site da Tearfund:
<http://tilz.tearfund.org/Research/Governance+and+Corruption>



SEÇÃO 1 Por que defender e promover direitos na área de governança e corrupção?

1.1 O que entendemos por governança e corrupção?

Governança

Governança é um conceito amplo e relacionado com o modo como as decisões são tomadas e implementadas e com a maneira como os cidadãos e outras organizações participam deste processo.

A maioria dos governos pode ser vista como constituída de três poderes ou instituições diferentes:

- O **poder legislativo** (parlamento) aprova leis, representa o povo e supervisiona o poder executivo.
- O **poder executivo** sanciona e aplica leis, implementa políticas públicas e administra os assuntos diários. Ele inclui o partido ou os partidos políticos governantes bem como o serviço público.
- O **poder judiciário** interpreta leis e administra a justiça, geralmente através de um sistema judiciário que envolve tribunais.



É evidente que a governança é do interesse de todos os cidadãos, pois as leis, as políticas públicas e os programas afetam todos os aspectos da vida. Estes podem incluir questões tão diversas quanto a percentagem do orçamento nacional que é gasta na saúde, na educação e nos serviços sociais; até que ponto as florestas são protegidas ou desmatadas para o desenvolvimento; e a proteção dos direitos dos grupos étnicos e religiosos minoritários.

Quais seriam as características da boa governança?

A Tearfund acredita que, para que a governança contribua para o bem-estar de todas as pessoas (também chamada de governança para o florescimento humano), ela deve estar baseada em três princípios centrais: participação, serviço e justiça social.

- **Participação:** todos devem participar das decisões que afetam suas vidas. Para isto, são necessários mecanismos de prestação de contas e transparência.
- **Serviço:** o governo deve existir para o bem do povo e não dos que estão no poder. Ele deve responder às necessidades do povo.

- **Justiça social:** as políticas devem estar voltadas para a inclusão dos setores mais vulneráveis da sociedade, inclusive garantindo a justiça para todos.

Corrupção

Corrupção pode ser entendida como “o abuso do poder confiado para o benefício próprio à custa de outros ou da sociedade como um todo”.¹

A corrupção ocorre tanto no hemisfério norte quanto no hemisfério sul e manifesta-se de várias formas, entre elas, suborno, lavagem de dinheiro, desvio de verbas destinadas à assistência, nepotismo e contratos secretos. Ela pode envolver funcionários do governo, políticos, o setor privado, funcionários e bancos estrangeiros, ONGs, igrejas e indivíduos.

A **corrupção em grande escala** ocorre nos níveis mais altos das autoridades políticas e frequentemente se trata de manter o poder. Ela pode consistir em apropriação indevida de verbas públicas, obstrução de investigações criminais ou criação de leis ou políticas para favorecer grupos de interesses específicos, como, por exemplo, sistemas fiscais favoráveis para as empresas em troca de pagamento ou promessa de apoio político.

A **corrupção burocrática** (ou em pequena escala) ocorre no âmbito da implementação de políticas. Esta frequentemente consiste em funcionários públicos exigindo pagamentos ilegais como, por exemplo, para emitir licenças, matricular crianças em escolas, facilitar o acesso a tratamento médico ou não dar uma multa de trânsito.

A **corrupção silenciosa** ocorre quando os funcionários públicos não prestam serviços devido a ausência do trabalho, mau desempenho ou simplesmente por não desempenharem sua função, como, por exemplo, não exigindo o cumprimento dos padrões ambientais para evitar a poluição das fábricas.

Estas manifestações da corrupção são mantidas em segredo – e podem precisar ser enfrentadas com várias abordagens diferentes.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- Gordon G (2010) *Governance for human flourishing*, Theos
http://campaigndirector.moodia.com/Client/Theos/Files/04_Gordon_Governance.pdf

¹ Tearfund (2010) *Corruption and its discontents: assessing the impact of corruption on people living in poverty*.



1.2 Impactos da má governança e da corrupção

A má governança e a corrupção podem causar impactos devastadores.

Enfraquecimento dos objetivos de desenvolvimento de longo prazo

A má governança pode enfraquecer os esforços para o desenvolvimento, representando um grande obstáculo para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Por exemplo, o desvio de verbas que deveriam ter sido usadas para a construção de postos de saúde enfraquece os esforços para reduzir a mortalidade infantil (ODM, Objetivo 4), pois as crianças terão menos oportunidades de serem pesadas, vacinadas e monitoradas.

“A corrupção afeta o desenvolvimento da nossa comunidade porque os recursos provenientes do governo não são usados para o propósito pretendido. Assim, estradas que deveriam ser construídas não são concluídas porque os funcionários do governo pegam o dinheiro e não fazem o trabalho.”

REPRESENTANTE COMUNITÁRIA, DISTRITO DE MEAN CHAY, PHNOM PENH, CAMBOJA

As pessoas mais pobres e mais marginalizadas sofrem os piores impactos.

Uma pesquisa da Tearfund² mostrou que a corrupção:

- reduz o acesso aos serviços públicos essenciais, tais como a educação e os cuidados de saúde, bem como a sua qualidade;
- afeta a distribuição dos recursos e fomenta a desigualdade;
- enfraquece a confiança e a coesão social, pois as pessoas são excluídas da participação nos processos políticos;
- enfraquece a eficácia da assistência, pois as verbas são desviadas;
- prejudica o crescimento econômico;
- reduz o acesso à justiça, especialmente para as pessoas mais pobres.

Somente na África, o custo da corrupção foi estimado em US\$ 148 bilhões por ano, o que representa 25 por cento do PIB do continente. Isto equivale aproximadamente à perda de US\$ 5.000 por segundo.³

2 Tearfund (2010) *Corruption and its discontents: assessing the impact of corruption on people living in poverty*. Todas as citações desta seção são provenientes da mesma fonte.

3 Smith, Pieth e Jorge (2007) *The recovery of stolen assets: a fundamental principle of the UN Convention Against Corruption*, Documento informativo, U4 Anti-Corruption Resource Centre.

Impactos nas comunidades locais

É no âmbito comunitário que os impactos da má governança e da corrupção são sentidos com maior intensidade. Para as pessoas mais pobres da sociedade, a corrupção manifesta-se de várias formas: pacientes pagando funcionários de postos de saúde para receber atendimento rápido, privando de tratamento os que chegaram primeiro; polícia pedindo pagamento para liberar um veículo indevidamente apreendido; ou crianças sem carteiras escolares, pois o dinheiro foi desviado por funcionários.

“Os postos de saúde são realmente ruins aqui. Não confio nada neles. Você está sempre fazendo fila para ver um médico. Pode haver hora para apenas 20 pacientes por dia, portanto é essencial levar um presente ou alguma coisa para ter certeza de que você conseguirá uma consulta.”

REPRESENTANTE COMUNITÁRIA, SAN JUAN DE LURIGANCHO, LIMA, PERU



“Os policiais trabalham para os dois lados, isto é, para a vítima e para o acusado. Eles pedem dinheiro para o combustível ou pelo ‘tempo de atendimento’. Quando há duas pessoas envolvidas num caso, é prática comum que a que tiver mais dinheiro será a inocente.”

REPRESENTANTE COMUNITÁRIO, CHIFUBU, NDOLA, ZÂMBIA

Por que lidar com a governança e a corrupção em conjunto?

A corrupção é tanto uma causa quanto uma consequência da má governança. Ela é uma causa, uma vez que impede que o governo cumpra a sua função em áreas como a prestação de serviços e o acesso à justiça. Ela é uma consequência, uma vez que as instituições, leis e políticas governamentais ineficazes (inclusive os baixos salários do serviço público) podem alimentar a corrupção e contribuir para uma cultura de impunidade.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- Tearfund (2010) Corruption and its discontents: assessing the impact of corruption on people living in poverty
<http://tilz.tearfund.org/CorruptionDiscontents>

1.3 O que a Bíblia diz?

Justiça e verdade

O desejo de justiça de Deus e sua preocupação com as pessoas mais vulneráveis da sociedade estão claramente refletidos em toda a Bíblia.

Justiça Um pouco antes de seu povo ser libertado do Egito, Deus diz que “o clamor dos oprimidos” chegou aos seus ouvidos (Êxodo 3:7-8). Jesus identifica-se com as pessoas pobres ao declarar sua missão (Lucas 4:16-21). Por causa do seu desejo de justiça, ele “repudia as balanças desonestas” (Provérbios 11:1).

Verdade Deus deseja a verdade nos nossos relacionamentos. Os salmos falam de desejar “a verdade no íntimo” (Salmos 51:6), enquanto que os profetas condenam as sociedades em que “não se acha a verdade em parte alguma” (Isaias 59:15).

O profeta Miquéias condena o abuso dos tribunais por defraudarem as pessoas tomando seus meios de vida (Miquéias 2:2), o abuso dos cargos públicos através do suborno (3:11), as riquezas adquiridas através de práticas comerciais desonestas (6:10-11) e a conspiração das pessoas no poder para o seu próprio benefício (7:3).

O papel do Estado

Embora não exista um modelo de boa governança na Bíblia, Romanos 13:1-7 dá uma ideia do papel do Estado, o qual está claramente ligado ao desejo de justiça de Deus. Este inclui:

- **Servir ao povo.** As autoridades são servas de Deus. Jesus desempenhou este papel de liderança servil como exemplo (Filipenses 2:5-11).
 - **Para o bem do povo.** As leis e as políticas devem estar voltadas para o bem-estar da sociedade e não para uma série de interesses pessoais ou velados.
 - **Exercer justiça** para todas as pessoas de forma justa e transparente. Os governos são chamados para proteger e defender os direitos das pessoas mais vulneráveis da sociedade (Salmos 82:3-4).
 - **Arrecadar e administrar impostos** com sabedoria a fim de prestar os serviços necessários. Isto requer instituições, sistemas e estruturas que funcionem bem.



O papel da igreja: sal e luz

Como povo de Deus, somos chamados para sermos sal e luz (Mateus 5:13-16), o que significa dar o exemplo de uma sociedade baseada nos valores do reino de Deus bem como chamar profeticamente as pessoas para a mudança.

Dar o exemplo de uma alternativa consiste em viver os valores de Deus tanto em público quanto na vida privada. Isto requer ser consistente entre o que dizemos e o que fazemos, inclusive falar a verdade tanto em público quanto na vida privada, mostrar honestidade e transparência em todas as ações, não aceitar ou pagar subornos, pagar todos os devidos impostos, etc.

Atuar como uma voz profética na sociedade envolve exigir que os governos prestem contas pelo seu mandato estabelecido por Deus. Uma voz profética, de acordo com os profetas do Antigo Testamento, é aquela que se manifesta contra a injustiça, expõe o que está errado e oferece esperança para o futuro sugerindo soluções alternativas.

"A igreja deve ser lembrada de que não é a mestra ou a serva do Estado, mas sim a sua consciência... Ela deve ser a guia e a crítica do Estado, nunca sua ferramenta. Se a igreja não recuperar seu fervor profético, ela se tornará um clube social irrelevante, sem autoridade moral ou espiritual."

MARTIN LUTHER KING (1963) *STRENGTH TO LOVE*



Richard Hanson / Tearfund

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- Tearfund (2002) *The mission of the church and the role of advocacy*
<http://tilz.tearfund.org/missionandadvocacy>

1.4 O que é defesa e promoção de direitos?

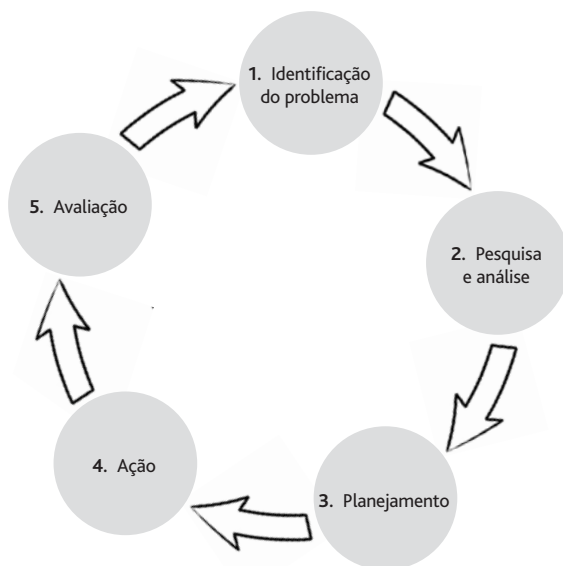
"Defender e promover direitos é influenciar as decisões, as políticas e as práticas dos poderosos a fim de lidar com as causas subjacentes da pobreza, trazer justiça e apoiar o bom desenvolvimento."⁴

No que consiste o trabalho de defesa e promoção de direitos?

O trabalho de defesa e promoção de direitos consiste em identificar um problema e perguntar "por que" até que a raiz do problema seja determinada. Uma vez que isto for alcançado, a defesa e promoção de direitos eficaz frequentemente exigirá uma pesquisa para compreender o contexto, as causas e os efeitos da questão que está sendo enfrentada, bem como para identificar as pessoas com poder para mudar a situação.

O trabalho de defesa e promoção de direitos poderá, então, envolver um planejamento cuidadoso de várias atividades diferentes, tais como lobby, mobilização do público, trabalho com a mídia e oração. Ele geralmente é mais eficaz quando realizado em colaboração com outros.

O ciclo da
defesa e
promoção
de direitos



As decisões sobre o tipo de atividades de defesa e promoção de direitos que iremos realizar serão sempre guiadas pelo que for adequado na cultura local e pelo tipo de mudança necessária. Não é preciso deixá-las para profissionais ou especialistas, embora, com frequência, alguma especialização técnica seja necessária.

⁴ Conforme definição da Tearfund.

– **Construção de relações (às vezes, chamada de lobby)**

Lobby pode ser entendido como o “contato direto com os responsáveis pelas decisões”. Ele consiste em diálogo e conversa contínua. Em diferentes contextos, estes responsáveis pelas decisões podem incluir funcionários do governo nacional ou local, líderes empresariais, parlamentares, organizações internacionais e anciãos ou chefes de povoados.

Há várias atividades diferentes que podem fazer parte do lobby, entre elas, enviar um documento de posição, dar um telefonema ou organizar uma visita ou encontro público.

– **Mobilização do público (às vezes, chamada de campanha)**

Esta envolve a participação de um grande número de pessoas em ações simples em massa para aumentar a pressão sobre os responsáveis pelas decisões a fim de obter as mudanças que estão sendo buscadas. Ela pode envolver dezenas de possíveis atividades, tais como cartas, petições e campanhas pela internet, passeatas e manifestações de rua e lobby em massa junto ao parlamento.

A conscientização, por si própria, não é defesa e promoção de direitos, mas é um passo em direção à mobilização das pessoas para a ação.

- **Trabalho com a mídia** A mídia inclui a rádio, a televisão, os jornais, as revistas e a mídia eletrônica, como o e-mail, os blogs e os sites de redes sociais. Ela é uma força poderosa que pode conscientizar as pessoas, moldar a opinião pública e influenciar as decisões sobre as políticas. O trabalho com a mídia é uma forma útil de transmitir mensagens sobre uma situação em particular e possíveis soluções.
- **Trabalho com outros** O trabalho de defesa e promoção de direitos geralmente é mais eficaz quando realizado com outros em coligações, redes e alianças. Ele mostra aos responsáveis pelas decisões que há uma preocupação maior e pode coordenar esforços e recursos e reduzir riscos potenciais.
- **Oração** A oração é crucial quando desafiamos os sistemas e as estruturas que mantêm as comunidades pobres na pobreza. A oração é uma das coisas que diferenciam o trabalho cristão de defesa e promoção de direitos. A oração deve apoiar todos os tipos de ação e formar a base de todo o nosso trabalho.



Caroline Irby / Tearfund

**INFORMAÇÕES
ADICIONAIS**

- Tearfund (2002) *ROOTS 1 e 2: Kit de ferramentas para a defesa de direitos*
<http://tilz.tearfund.org/Portugues/ROOTS/Kit+de+ferramentas+para+a+defesa+de+direitos.htm>

1.5 Receios e desafios

As pessoas podem ter muitos receios diferentes ao realizarem o trabalho de defesa e promoção de direitos, especialmente em questões de corrupção. Isto é compreensível, especialmente em países em que a aplicação da lei é fraca, onde o espaço da sociedade civil está diminuindo e onde o governo mostra um respeito limitado pelos direitos humanos. É importante estar ciente dos riscos envolvidos e tomar as precauções necessárias.

Os desafios e receios podem incluir:

- ameaças à organização,
- riscos para as pessoas envolvidas,
- medo de agir sozinho.



Existem soluções para ajudar a superar alguns destes desafios e receios:

- **Trabalhe com outras organizações em âmbito local, nacional e internacional.** Isto ajuda em termos de apoio e é especialmente útil para as organizações menores. As organizações internacionais também podem ajudar a exercer pressão externa sobre o governo.
- **Construa boas relações com os responsáveis pelas decisões.** Respeite as pessoas no poder e dê-lhes explicações claras sobre o que está sendo feito. Além disso, cultive relações com uma variedade de pessoas e organizações.
- **Esteja ciente dos seus direitos e de quem contatar se sofrer qualquer forma de assédio.** Crie vínculos com organizações que lhe possam oferecer assessoramento e apoio jurídico.
- **Garanta que a comunidade esteja engajada no trabalho de defesa e promoção de direitos.** Isto promove um maior apoio e engajamento na questão e, portanto, maior proteção.
- **Trabalhe com a mídia.** Isto tornará o seu trabalho de defesa e promoção de direitos mais visível e permitirá que a mídia trabalhe com você e desempenhe o seu papel no escrutínio público da corrupção.
- **Desenvolva uma estratégia organizacional de gestão de riscos.** Isto o ajudará a identificar os riscos potenciais e a desenvolver estratégias, salvaguardas e sistemas específicos.

SEÇÃO 2 **Como defender e promover direitos na área de governança e corrupção**

2.1 Monitoramento de políticas, programas e orçamentos governamentais

As **políticas** de um governo determinam o curso de ação que ele tomará para alcançar certas metas, tais como educação primária universal, redução da mortalidade materna, abastecimento de água limpa ou apoio a pequenos agricultores para que obtenham acesso ao mercado. As políticas podem ser estabelecidas em âmbito nacional e/ou local.

Para implementar estas políticas, um governo precisa de **programas de ação** ou **projetos** específicos, com **orçamentos** determinados.

Embora os contextos variem, geralmente há processos anuais para determinar e revisar as políticas, os programas e os orçamentos governamentais em todos os âmbitos. Alguns governos possuem disposições específicas para a participação da sociedade civil, porém, às vezes, a participação e o acesso às informações não são tão fáceis.

Estes processos possuem muitos termos como:

- **monitoramento de políticas governamentais**
- **acompanhamento de orçamento**
- **planejamento participativo.**

Porém, o principal objetivo é influenciar as políticas e ações do governo e monitorar sua implementação.



Samuel Hauerstein Swain

ESTUDO
DE CASO

Participação comunitária em planos de desenvolvimento distritais no Nepal

A Lei de Autogovernança Local do Nepal (1999) confere às comunidades o direito de desenvolver propostas para serem incluídas nos planos e orçamentos locais e distritais – um direito sobre o qual muitas comunidades não têm conhecimento. A parceira da Tearfund, UMN, iniciou um projeto-piloto para conscientizar as pessoas sobre a Lei e facilitar a contribuição comunitária no processo de planejamento.

Das 12 propostas locais apresentadas numa área, oito receberam financiamento direto. As comunidades beneficiaram-se com projetos que incluíam melhorias na irrigação, proteção da água potável e uma nova sala de aula numa escola local lotada e com poucos recursos.

Um ativista comunitário, Tej Bahadur Dumrel, disse: “Em anos anteriores, líderes políticos elaboravam planos que não atendiam às necessidades reais das comunidades de base. Nós não sabíamos de onde vinham as verbas nem a quem eram destinadas. A maior parte das verbas costumava ficar só sob o controle dos líderes políticos. Mas agora é diferente”.

MONITORAMENTO ATRAVÉS DA INTERNET E DE MENSAGENS DE TEXTO

Cada vez mais, a internet está sendo usada como ferramenta para monitorar a prestação de serviços governamentais.

- Nas Filipinas, *Check My School* (Verifique Minha Escola) permite que os alunos, pais e professores monitorem o desempenho da sua escola, e as opiniões são verificadas independentemente e apresentadas ao governo: www.checkmyschool.org
- No Quênia, um novo site, *Huduma* (“serviço” no idioma suaili), produziu um mapa interativo das instituições governamentais e permite que as pessoas façam comentários diretamente a estas instituições sobre a implementação dos serviços: www.huduma.info

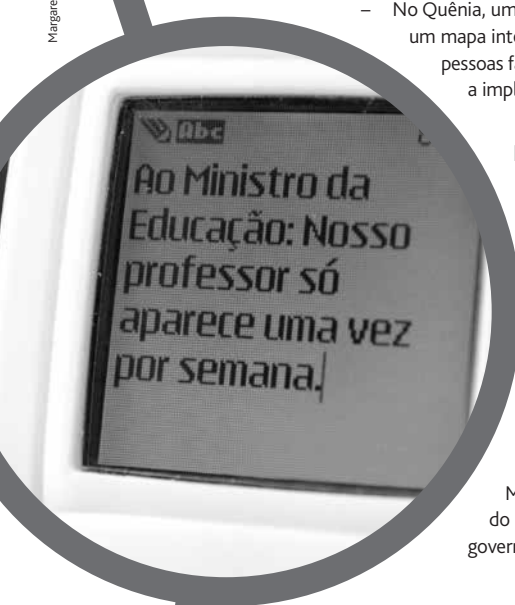
Direito à informação

Os órgãos públicos produzem e coletam quantidades enormes de informações como parte do funcionamento diário do governo. As informações podem incluir estatísticas nacionais, gastos governamentais e distritais, registros do parlamento, informações orçamentárias e registros sobre serviços públicos, tais como escolas, hospitais, etc.

Estas informações podem ser de grande valor para exigir a prestação de contas dos governos e permitir que os cidadãos participem efetivamente na tomada de decisões.

Muitos países possuem leis que estabelecem os direitos do público de solicitar e receber informações mantidas pelo governo bem como os procedimentos para isto. As organizações

Margaret Chandler / Tearfund



podem usar estas leis para obter informações úteis. Você também pode exigir que o seu governo seja transparente e publique dados de uma forma acessível.

ESTUDO DE CASO

A iniciativa *Open Data* (Dados Abertos) do Quênia é um portal on-line através do qual dados governamentais importantes são colocados à livre disposição do público. Estes incluem o último censo, estatísticas dos gastos nacionais e regionais e informações sobre os principais serviços públicos. <http://opendata.go.ke>



Por que a sociedade civil deve se envolver?

O envolvimento da sociedade civil nestes processos pode trazer muitos benefícios. Ele pode:

- moldar as políticas e os programas de desenvolvimento de acordo com as necessidades e experiências locais;
- influenciar os gastos das verbas do governo;
- fortalecer a tomada de decisões democrática e aumentar a confiança e o diálogo entre os cidadãos e o governo;
- combater a corrupção e exigir que os responsáveis pelas decisões prestem contas quanto à implementação dos planos e orçamentos acordados;
- desenvolver as habilidades da sociedade civil.

ESTUDO DE CASO

A igreja de Burkina Faso entra em parceria para o desenvolvimento

Burkina Faso sofreu anos de inação por parte dos formuladores de políticas sobre a questão da água e do saneamento, mas isto mudou graças ao trabalho de defesa e promoção de direitos realizado por igrejas com o apoio da parceira da Tearfund, ACCEDES. Seus esforços fizeram com que a higiene e o saneamento fossem incluídos como uma rubrica orçamentária específica das autoridades locais pela primeira vez, em janeiro de 2008. Agora, algumas igrejas atuam como partes interessadas regulares da tomada de decisões regional. O governo está reconhecendo cada vez mais o papel valioso que a igreja pode desempenhar, e ela é descrita pelos funcionários como uma “parceira disposta” no desenvolvimento do seu país.

Como se envolver

Há muitas maneiras diferentes de influenciar as políticas e os orçamentos governamentais.

Para as organizações e igrejas mais novas neste tipo de trabalho, o melhor conselho é começar onde a sua organização tiver experiência, seja na defesa e promoção de direitos

em âmbito nacional ou local, numa questão específica ou com um grupo em particular.

Algumas ações poderiam ser:

- participar da elaboração e do monitoramento do plano de desenvolvimento do distrito;
- reunir-se com funcionários eleitos locais para exigir que prestem contas quanto à sua utilização das verbas para o desenvolvimento;
- pedir a escolas e outras instituições para que divulguem seus orçamentos num local público;
- trabalhar com a mídia para que ela desempenhe um papel maior no monitoramento dos gastos governamentais;
- defender e promover a criação de uma legislação efetiva para os direitos das pessoas à informação;
- examinar a formulação e a implementação de políticas de um setor, como, por exemplo, a saúde ou a educação. Isto pode ser feito em âmbito local, regional ou nacional.



Graham Gordon / Tearfund

ESTUDO DE CASO

Monitoramento dos gastos com a educação na Zâmbia

No distrito de Ndola, na Zâmbia, era evidente que as verbas governamentais designadas não estavam chegando até as escolas comunitárias. O Desafio Miquéias Zâmbia acompanhou líderes de igrejas a uma reunião com funcionários da educação do distrito para entregar provas documentadas disto e pedir uma investigação.

Os líderes das igrejas decidiram conscientizar as pessoas sobre a situação através de programas na rádio local, coleta de assinaturas numa petição e reunião com o parlamentar local e um representante do Ministério da Educação. Como resultado, o ministro da educação apresentou um Projeto de Lei para revisar a Lei de Educação.

O Desafio Miquéias Zâmbia está acompanhando esta legislação e continua trabalhando com os líderes de igrejas para monitorar os recursos recebidos pelas escolas em Ndola.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- CAFOD, Christian Aid, Trocaire (2005) *Monitoring government policies: a toolkit for civil society organisations in Africa*: <http://cdg.lathyrus.co.uk/docs/MonitorGovPol.pdf>
- Para obter informações sobre o ciclo orçamentário, análise orçamentária e defesa e promoção de direitos, veja a Parceria Internacional sobre Orçamento: <http://internationalbudget.org>
- Iniciativa Global PRIA sobre Cidadania e Democracia: www.pria.org/about-pria/our-divisions/pgp
- A Right2Info.org possui informações sobre leis de direito à informação, jurisprudência e procedimentos: www.right2info.org

2.2 Combatendo o suborno

O que é suborno?

Suborno é o oferecimento, a concessão ou a promessa de vantagem financeira ou de outro tipo para induzir o receptor a desempenhar suas funções ou atividades indevidamente ou recompensá-lo por já o ter feito. O suborno pode ser iniciado pela pessoa que o oferece ou pela pessoa que o pede.⁵

Os subornos são usados para obter vantagens indevidas em muitas situações como, por exemplo, para obter ou manter ilegitimamente um contrato; para que alguém feche os olhos para um ato ilícito; para obter uma certidão ou passaporte subvertendo o processo correto; ou para acessar um serviço com mais rapidez que as outras pessoas.

O suborno é uma forma comum e frequentemente muito visível de corrupção. De acordo com o Banco Mundial,⁶ calcula-se que US\$ 1 trilhão sejam pagos em subornos a cada ano, com efeitos devastadores para o desenvolvimento, pois o suborno:

- enfraquece a governança justa e estável;
- enfraquece o domínio da lei, pois as pessoas podem “comprar” a justiça;
- leva a serviços públicos de qualidade mais baixa;
- leva ao acesso desigual aos serviços públicos, pois as pessoas com dinheiro podem “subornar” outros para obter acesso aos serviços com mais rapidez.



Jay Butcher / Tearfund

Compromissos internacionais para combater o suborno

No âmbito internacional, muitos países comprometeram-se em combater o suborno assinando a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (veja as páginas 27–28) e a Convenção Contra o Suborno da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

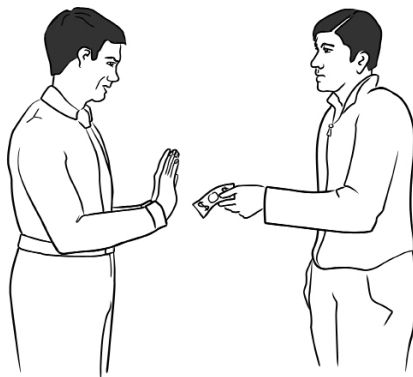
Isto significa que eles concordaram em tomar providências para implementar leis ou outras medidas para criminalizar o suborno. Um dos desafios é fazer com que os governos cumpram estes compromissos.

⁵ Definição proveniente das Diretrizes da OCDE e da Lei contra o Suborno do Reino Unido.

⁶ Banco Mundial (2004) *The costs of corruption*

Como se envolver

- **Assuma o compromisso de não participar de suborno** – como indivíduo, organização ou igreja. Veja Unashamedly Ethical para obter ideias: www.unashamedlyethical.com
- **Reivindique uma legislação nacional robusta contra o suborno e sua aplicação.** Embora muitos países tenham entrado em acordo quanto a tomar providências contra o suborno, a implementação ainda é fraca. Portanto, é importante trabalhar com o governo para garantir que ele sancione e aplique leis efetivamente.
- **Conscientize as pessoas sobre formas de denunciar o suborno.** Há um número cada vez maior de iniciativas para ajudar as pessoas a denunciar casos de suborno. Conscientize sua comunidade sobre estas iniciativas.
- **Inicie outras formas de denunciar o suborno.** Se a sua comunidade não tiver um mecanismo para que os indivíduos denunciem o suborno anonimamente, pense sobre formas de tornar isto possível. Isto poderia ser através de linhas telefônicas diretas, um serviço de mensagens de texto/SMS ou um portal na internet. As denúncias de suborno poderiam, então, ser repassadas ao devido departamento governamental ou às autoridades responsáveis pelo combate à corrupção e usadas para mostrar áreas com maior propensão para o suborno e que precisam de ação urgente. Para obter ideias técnicas, veja Tactical Tech: www.tacticaltech.org



ESTUDO DE CASO

Denúncia de subornos na Índia

O site *I paid a bribe* (Eu paguei suborno - www.ipaidabribe.com) dá às pessoas que vivem na Índia a oportunidade de informar suas experiências de suborno. Desde que o site começou, milhares de experiências de suborno foram informadas.

Anteriormente, uma série de postagens sobre subornos pagos a funcionários do departamento de transporte levou o Comissário dos Transportes de Karnataka a usar o site para identificar os procedimentos mais propensos à corrupção. Como resultado, 20 funcionários seniores foram advertidos, e novas tecnologias foram introduzidas para reduzir ao mínimo o pagamento de subornos.

Este site também está trazendo um benefício social adicional: segundo relatos, houve casos de cidadãos que evitaram ter de pagar suborno simplesmente por mencionarem o site aos funcionários que estavam pedindo dinheiro.

2.3 Trabalhando com parlamentares

Qual é a função dos parlamentos?

O parlamento (o poder legislativo) é a instituição através da qual o governo presta contas aos seus cidadãos. Os parlamentares (deputados e senadores) possuem uma responsabilidade tripla: representar os cidadãos, supervisionar o poder executivo e aprovar leis. Consequentemente, para melhorar a governança e combater a corrupção, todos estes elementos precisam estar funcionando de forma eficaz.

Uma pesquisa da Tearfund⁷ mostrou que muitos parlamentares não estão usando os seus poderes para combater a corrupção. Como resultado, o poder executivo não está prestando contas, os parlamentares não estão levando adiante leis contra a corrupção, e os interesses dos cidadãos não estão recebendo atenção.

Vários fatores podem explicar a falta de engajamento dos parlamentares, entre eles:

- a falta de consciência e conhecimento de como combater a corrupção;
- os riscos associados ao desafio à corrupção, o qual pode ser interpretado como uma decisão do partido político (frequentemente visto como oposição ao poder executivo). Assim, alguns parlamentares não estão dispostos a se envolver.

Como se envolver

As organizações podem trabalhar a fim de fortalecer o parlamento e incentivar seus representantes eleitos a desempenhar sua função no combate à corrupção. Isto poderia consistir em:

- **Incentivar os parlamentares a desempenhar um papel ativo no combate à corrupção.** Isto poderia incluir a participação ativa na supervisão financeira em âmbito nacional, iniciar uma legislação contra a corrupção, monitorar a implementação dos compromissos da UNCAC por parte do governo ou engajar seu eleitorado no trabalho contra a corrupção, como, por exemplo, elaborando um plano de ação do eleitorado contra a corrupção.



Ralph Hodgson / Tearfund

7 Tearfund (2011) *Better together: evidence of the crucial role that citizens play in fighting corruption*

- **Incentivar os parlamentares a participar da Organização Global de Parlamentares Contra a Corrupção (sigla em inglês: GOPAC - Global Organization of Parliamentarians Against Corruption).**

Esta é uma organização internacional que engaja, informa e apoia parlamentares em esforços para combater a corrupção. A participação na GOPAC proporciona aos parlamentares conhecimentos importantes, soluções práticas e uma plataforma não político-partidária útil a partir da qual podem desafiar a corrupção. Ela incentiva a formação de seções nacionais e regionais.

- **Facilitar o diálogo entre as comunidades e os representantes eleitos.** Isto possibilitaria às comunidades exigir a prestação de contas dos parlamentares por suas ações e ajudaria a lidar com as relações frequentemente fragmentadas entre o Estado e o cidadão.



ESTUDO DE CASO

Fortalecendo a supervisão parlamentar no Reino Unido

A Tearfund trabalhou com parlamentares britânicos para iniciar um Grupo Parlamentar de Todos os Partidos (sigla em inglês: APPG - All-Party Parliamentary Group) contra a corrupção, o qual atua como o vínculo britânico com a GOPAC. Este grupo de parlamentares está comprometido em desempenhar seu papel no combate à corrupção conscientizando as pessoas sobre o problema e exigindo a prestação de contas do poder executivo pelos seus esforços contra a corrupção.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- Tearfund (2011) *Better together: evidence of the crucial role that citizens play in fighting corruption.*
<http://tilz.tearfund.org/BetterTogether>
- Organização Global de Parlamentares Contra a Corrupção (GOPAC):
www.gopacnetwork.org
- Rede dos Parlamentares Africanos Contra a Corrupção – uma seção regional da GOPAC: www.apnacafrica.org

2.4 Envolvimento em eleições

As eleições são importantes, pois elas permitem que todos os cidadãos decidam quem eles querem que os representem ou se querem, eles próprios, se candidatar às eleições.

Envolver-se nas eleições não significa apenas comparecer no dia da eleição para votar, mas é um longo processo que consiste em inscrição eleitoral, educação, monitoramento da eleição e monitoramento contínuo das políticas dos candidatos eleitos. Para ter o máximo de eficácia em alcançar mudanças duradouras, o envolvimento nas eleições deve fazer parte de uma estratégia mais ampla de defesa e promoção e direitos.

Como se envolver

- **Inscrição eleitoral** Muitas pessoas são excluídas do voto por motivos tais como a falta ou a desatualização de documentos, por não estarem inscritas ou por falta de condições financeiras para chegar até o local onde devem votar. As igrejas ou organizações locais que trabalham com as comunidades podem desempenhar um papel importante ajudando as pessoas a obter os documentos de identidade necessários para se inscreverem junto ao órgão pertinente.

ESTUDO DE CASO

Fornecimento de documentos a comunidades indígenas no Peru

A Paz y Esperanza, Peru, juntou-se ao Registro Nacional de Identificação e Estado Civil (RENIEC) para fazer campanhas de documentação em comunidades indígenas isoladas do povo Aguaruna. Como resultado, 1.500 pessoas obtiveram seus documentos de identificação, metade das quais eram mulheres. Conseqüentemente, estas pessoas puderam não só votar, mas também matricular formalmente seus filhos em escolas e obter acesso aos serviços de saúde estatais.

- **Educação eleitoral** Nas semanas que precedem as eleições, os candidatos frequentemente visitam as comunidades, dão presentes ou fazem promessas em troca de votos. Nos piores casos, isto pode tornar-se um jogo em que o eleitorado vota no candidato que oferecer os melhores presentes ou fizer as maiores promessas (mesmo que não as possam cumprir).



Graham Gordon / Tearfund



Uma forma de incentivar as pessoas a usarem o seu voto com sabedoria e com base nas políticas dos candidatos é através da organização de um encontro em que todos os candidatos potenciais de uma comunidade, distrito ou região são convidados a exporem seus programas e responderem a perguntas. As igrejas costumam ser locais populares para a realização destes eventos, e os líderes das igrejas frequentemente são convidados a presidir os encontros.

- **Monitoramento eleitoral** Já houve casos de urnas eleitorais que desapareceram ou foram enchidas com duplicatas de cédulas, pessoas impedidas de votar devido a ameaças e dados introduzidos incorretamente nos sistemas de computador. Isto diminui a confiança das pessoas, pode provocar violência e frequentemente faz com que os grupos mais poderosos ganhem ou se mantenham no poder através da manipulação de votos.

Portanto, é necessário que haja um monitoramento independente do processo eleitoral inteiro, desde o transporte das urnas e o processo de contagem até o registro e a divulgação dos resultados da eleição.

Graham Gordon / Tearfund

ESTUDO DE CASO

Monitoramento de eleições na Libéria

A parceira da Tearfund, Association of Evangelicals of Liberia (AEL), educou pastores por toda a Libéria sobre a necessidade de votar e como fazê-lo. A AEL recebeu credenciamento oficial junto à Comissão Eleitoral para atuar como monitora eleitoral independente durante as eleições presidenciais, assim, os pastores que ela havia treinado puderam participar do monitoramento das cabines de votação. Quando a eleição foi contestada, as igrejas também participaram da mediação, pois elas eram consideradas de confiança e neutras.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- Instituto Nacional Democrata: www.ndi.org
- Instituto para a Democracia e Assistência Eleitoral: www.idea.int/elections
- Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável na África: www.eisa.org.za

2.5 Transparência nos pagamentos feitos pelas empresas extrativas

Qual é o problema?

Cerca de 3,5 bilhões de pessoas vivem em países ricos em petróleo, gás e minerais. A receita destes setores frequentemente gera uma riqueza enorme, mas, com grande frequência, os habitantes locais não se beneficiam. Na verdade, para as pessoas que vivem em comunidades onde os recursos são encontrados, a extração pode causar problemas sociais e ambientais.

Os motivos desta injustiça são muitos: verbas desviadas através de práticas corruptas, empresas que pagam impostos muito baixos, conflitos pelos recursos naturais, má governança institucional, etc.

"Em 2008, as exportações de petróleo e minerais da África foram calculadas em US\$ 393 bilhões, quase nove vezes o valor da assistência internacional (US\$ 44 bilhões) para o continente."⁸

Como a transparência pode contribuir para o desenvolvimento?

A maior transparência pode ajudar a combater esta injustiça por exigir uma prestação de contas pública pela receita gerada através da extração.

A prestação de contas sobre os pagamentos deve estimular o debate sobre o papel da indústria extrativa no desenvolvimento e o que significa tratar as comunidades de forma justa. A igreja e outros grupos da sociedade civil têm um importante papel a desempenhar garantindo que os recursos sejam bem utilizados.

"Passei anos dizendo às pessoas que temos um problema de auditoria e controle do nosso setor extrativo... Não poderemos ganhar a discussão nem mesmo começar a solucionar alguns dos problemas, se não tivermos um mínimo de informações para o debate."

SENADOR JORGE ROBLEDO, MEMBRO DO CONGRESSO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA



8 OMC (2009) *International trade statistics*, p. 42

O que já está sendo feito?

- **Prestação de contas através da Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas (sigla em inglês: EITI - Extractive Industries Transparency Initiative)**
A iniciativa EITI reúne governos, empresas e a sociedade civil em diferentes países. As empresas extrativas publicam seus pagamentos de impostos, e as agências dos governos nacionais publicam os recibos destes pagamentos. As cifras são verificadas independentemente e publicadas, e qualquer discrepância, investigada. A sociedade civil pode usar estas informações para exigir que os governos prestem contas.

ESTUDO DE CASO

Na Tanzânia, o relatório da EITI de 2011 mostrou que os trabalhadores da indústria de mineração estavam pagando mais em impostos do que as empresas de mineração, o que provocou um debate nacional sobre as leis de mineração.

- **Leis para a prestação de contas obrigatória** Em 2010, nos EUA, foi aprovada a Lei Dodd-Frank, e, em 2011, a UE publicou propostas para revisar suas Diretivas de Prestação de Contas e Transparência. Estas leis tornarão obrigatório para as empresas extrativas cotadas nos mercados de ações dos EUA e da UE informar os pagamentos de cada projeto em cada país em que trabalham.

A coligação Publique o que Paga reúne grupos da sociedade civil em mais de 50 países para trabalhar com estas questões e reivindicar uma legislação de alcance global.

Como se envolver

- Descubra se o seu país é membro da EITI. Se for, use os dados da EITI para incentivar o debate público. Caso contrário, incentive o governo a tomar parte na iniciativa.
- Entre para a coligação Publique o que Paga.
- Peça às empresas para fornecerem informações sobre seus pagamentos ao governo local, regional ou nacional.
- Compartilhe informações relevantes com as comunidades locais para ajudá-las a se engajarem com as empresas e o governo. Apresente-as de uma forma acessível.



Jay Butcher / Tearfund

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- Tearfund (2011) *Unearth the truth: making extractive industries work for all* <http://tilz.tearfund.org/UnearthTruthReport>
- Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas: www.eiti.org
- Coligação Publique o que Paga: www.publishwhatyoupay.org

2.6 Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (UNCAC)

O que é a UNCAC?

A Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (sigla em inglês: UNCAC - United Nations Convention Against Corruption) é o acordo mundial mais abrangente sobre corrupção, o qual, se implementado, poderia reduzir a corrupção significativamente, tanto em âmbito nacional quanto internacional. A Convenção entrou em vigor em 2005 e foi assinada por mais de 150 Estados.



A Convenção abrange:

- **Prevenção**, inclusive o estabelecimento de órgãos contra a corrupção, diretrizes para campanhas eleitorais, mecanismos para denunciar a corrupção e o compromisso de envolver a sociedade na luta contra a corrupção.
- **Criminalização e aplicação de leis**, inclusive compromissos para combater o suborno e proteger as pessoas que denunciam a corrupção.
- **Cooperação internacional** entre os Estados, inclusive investigação e ação judicial.
- **Recuperação de ativos**: ações para recuperar o produto da corrupção mantido em outros locais, frequentemente no exterior.

ESTUDO DE CASO

Revisões nacionais

Os Estados comprometeram-se em comunicar seu progresso na implementação da Convenção, o que é feito através do processo de revisão da Convenção. Cerca de 30 países são revisados a cada ano num processo que visa destacar pontos fracos na implementação e orientar sobre como melhorar.

Desafios para a implementação

A corrupção ainda prevalece em muitos países. A Convenção claramente não está sendo implementada e não está causando o impacto que deveria causar. O principal problema é a implementação em âmbito nacional. Muitos Estados estão simplesmente ignorando os seus compromissos.

Isto pode ser atribuído a vários fatores, entre eles: o fato de os cidadãos não estarem cientes da existência da UNCAC; instituições governamentais ineficazes ou falta de recursos; falta de abertura e participação no processo de revisão; falta de conhecimento dos parlamentares; interesses velados poderosos; e sistemas de secretismo que fomentam a corrupção.

Como se envolver

- **Descubra** se o seu país assinou e ratificou a Convenção. Se não o tiver feito, peça ao seu governo para que o faça o mais breve possível.
 - **Promova a Convenção** entre os cidadãos, igrejas, organizações etc. Isto permitirá que os cidadãos exijam que os seus líderes prestem contas pela sua implementação no âmbito local.
 - **Exija um relatório anual para o parlamento** sobre o progresso do governo no combate à corrupção e na implementação da UNCAC. Isto permitirá aos representantes eleitos monitorar e examinar minuciosamente o governo.
 - **Exija uma legislação interna** em conformidade com a Convenção. Um dos pontos fracos comuns reside na falta de comprometimento do Estado em proteger tanto os denunciadores quanto as testemunhas da corrupção.
 - **Participe do processo de revisão nacional.** Isto pode consistir em escrever um relatório paralelo ao mesmo tempo em que o Estado elabora o seu relatório, bem como solicitar uma visita de outros “países revisores pares” e se oferecer para se encontrar com eles. Também é importante que o relatório completo final seja disponibilizado ao público e debatido.



Caroline Iby / Tearfund

ESTUDO DE CASO

Funcionários públicos declaram ativos em Zimbábue

Em Zimbábue, organizações da sociedade civil usaram panfletos e campanhas através da mídia para mobilizar os cidadãos para que exigissem que os funcionários públicos cumprissem seus compromissos com a UNCAC. Os cidadãos exigiram que os detentores de cargos públicos declarassem seus ativos conforme suas obrigações previstas no Artigo 8 da UNCAC. Em resposta a esta ação realizada pelos cidadãos, 13 ministros declararam publicamente seus ativos.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

- Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção
www.unodc.org/unodc/en/treaties/CAC/
- Lista dos signatários da UNCAC:
www.unodc.org/unodc/en/treaties/CAC/signatories.html

SEÇÃO 3 Próximos passos

Esperamos que, ao ler este livro, você se inspire com o que pode ser feito – e, de fato, está sendo feito – para combater a corrupção e alcançar uma governança que beneficie a população inteira e não apenas algumas pessoas. Neste caso, você talvez queira considerar alguns destes próximos passos:

- Informe-se mais sobre a defesa e a promoção de direitos lendo o *Kit de ferramentas para a defesa de direitos* da Tearfund (*ROOTS 1 e 2*), o qual traz informações adicionais sobre por que o trabalho de defesa e promoção de direitos é importante e maneiras de realizá-lo.
- Participe de redes com outras organizações que trabalhem com questões de governança e corrupção e discuta como podem trabalhar juntos.
- Dê o exemplo da melhor prática em transparência, prestação de contas e participação. Se estiver dizendo a outros o que acha que deveriam estar fazendo, você deve estar preparado para que a sua organização e o seu trabalho sirvam de exemplo.
- Investigue formas de se envolver em qualquer uma das questões tratadas neste livro que pareçam particularmente relevantes para o seu trabalho atual. Considere a possibilidade de elaborar uma estratégia de defesa e promoção de direitos provisória para seis meses, que se concentre em pesquisar, fazer contatos e trabalhar em rede.
- Integre a defesa e a promoção de direitos ao seu trabalho de desenvolvimento atual para que elas sejam relevantes para o resto do seu trabalho e utilizem as habilidades existentes.
- Contate algumas das organizações mencionadas neste livro para ver como elas estão trabalhando no seu país.
- Melhore sua compreensão do contexto das políticas nacionais pesquisando os atuais marcos de políticas, instituições, estruturas e compromissos com normas internacionais tais como a UNCAC.



Organizações e redes úteis

- African Parliamentarians' Network Against Corruption (Rede dos Parlamentares Africanos Contra a Corrupção)
www.apnacafrica.org
- CIVICUS: World Alliance for Citizen Participation (Aliança Mundial para a Participação do Cidadão)
www.civicus.org
- Coligação Publish What You Pay (Publique o que Paga)
www.publishwhatyoupay.org
- Electoral Institute for Sustainable Democracy in Africa (Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável na África)
www.eisa.org.za
- Extractive Industries Transparency Initiative (Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas)
www.eiti.org
- Global Organization of Parliamentarians Against Corruption - GOPAC (Organização Global de Parlamentares Contra a Corrupção)
www.gopacnetwork.org
- Micah Challenge (Desafio Miquéias)
www.micahchallenge.org
- National Democratic Institute (Instituto Democrático Nacional)
www.ndi.org
- PNUD: Governança democrática
www.beta.undp.org/content/undp/en/home/ourwork/democraticgovernance/overview.html
- PRIA – Society for Participatory Research in Asia (Sociedade de Pesquisa Participativa na Ásia)
www.pria.org
- Right2info.org
www.right2info.org
- The Institute for Democracy and Electoral Assistance (Instituto para a Democracia e Assistência Eleitoral)
www.idea.int
- The International Budget Partnership (Parceria Internacional sobre Orçamento)
www.internationalbudget.org
- Transparency International (Transparência Internacional)
www.transparency.org
- UNCAC Civil Society Coalition (Coligação da Sociedade Civil UNCAC)
www.uncaccoalition.org
- Unashamedly Ethical
www.unashamedlyethical.com
- World Bank Institute (Instituto do Banco Mundial)
<http://wbi.worldbank.org/wbi/about/topics/governance>

Informações adicionais

Recursos gerais da Tearfund sobre defesa e promoção de direitos

- *ROOTS 1 e 2: Kit de ferramentas para a defesa de direitos* (2002)
- *The mission of the church and the role of advocacy* (2002)
<http://tilz.tearfund.org/Topics/Advocacy>

Recursos da Tearfund sobre governança e corrupção

- *Corruption and its discontents: assessing the impact of corruption on people living in poverty* (2010)
- *Better together: evidence of the crucial role that citizens play in fighting corruption* (2011)
- *Unearth the truth: making extractive industries work for all* (2011)
- *Por que defender e promover direitos na área de governança e corrupção?* (2012)

Todos disponíveis no Espaço de Aprendizagem Internacional da Tearfund:
<http://tilz.tearfund.org/Research/Governance+and+Corruption>

Outros recursos e informações

- CAFOD, Christian Aid, Trocaire (2007) *Monitoring government policies: a toolkit for civil society organisations in Africa*
- OCDE *Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais*
www.oecd.org/document/21/0,3746,en_2649_34859_2017813_1_1_1_1,00.html
- Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção
www.unodc.org/unodc/en/treaties/CAC/



Jay Butcher / Tearfund



tearfund

www.tearfund.org

100 Church Road, Teddington, TW11 8QE, Reino Unido

Tel: +44 (0)20 8977 9144

Instituição beneficente registrada sob o nº 265464 (Inglaterra e País de Gales)

Instituição beneficente registrada sob o nº SC037624 (Escócia)

30277-(1012)